

ENTREVISTA COM ALINE CÂNTIA

Entrevista realizada por José Márcio Barros¹

Aline Cântia² é narradora de histórias. Doutora em Educação Popular e Práticas do Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Graduada em Jornalismo. Todas as suas pesquisas giram em torno da narrativa e da oralidade. É presidente do Instituto Cultural AbraPalavra que ao longo desses anos tornou-se base de sua atuação e formação como artista. Já se apresentou e ministrou oficinas em importantes festivais, além de instituições culturais, sociais e educacionais no Brasil, Cuba, Argentina, França, Portugal, Espanha, Chile, Venezuela, Paraguai, Tunísia, Cabo Verde, entre outros. É coordenadora geral do Pontão Nacional de Livro, Leitura e Literatura, da ELENA (Escola Livre de Estudos da Narração Artística) e da Candeia: Mostra Internacional de Narração Artística, que está na sua sétima edição. Foi aluna dos cursos do Observatório da Diversidade Cultural.

*

Fale um pouco sobre a criação do AbraPalavra e sua transformação em Ponto de Cultura, ou seria melhor falar em Ponto de Memória?

O Instituto Cultural AbraPalavra nasceu em 2011, embora a sua concepção já tenha vindo desde 2006. Naquela época, eu, Aline, e o músico e compositor Chico DoCéu, iniciamos nossos trabalhos artísticos – eu como contadora de histórias e ele como músico. Começamos a combinar literatura com música em projetos de extensão e o Projeto

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980). Professor do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Atua nas áreas da Gestão Cultural, Políticas Culturais, Diversidade Cultural, Processos de Mediação e Antropologia e Comunicação. Coordena o Observatório da Diversidade Cultural, integra o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT, o Programa Pensar e Agir com a Cultura e participa da Rede de Pesquisadores em Políticas Culturais. E-mail: josemarcio2013@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1604785658347017>

² Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3606153889313095>

Rondon, enquanto eu era professora e Chicó era aluno de uma faculdade em Belo Horizonte.

A partir de então, começamos a fazer algumas viagens pelo Brasil. Uma dessas viagens, que foi do Pará até Salvador, nos levou a explorar o Brasil profundo. Em uma dessas paradas, em Recife, participamos de uma entrevista coletiva com Gilberto Gil. Durante essa entrevista, conhecemos Guitim de Xambá, que nos falou sobre um Ponto de Cultura. Isso foi em 2007, e na entrevista Gil também falava do então Programa Cultura Viva. Saímos de lá, direto para Piaçabuçu, onde conhecemos o Ponto de Cultura Olha o Chico. Quando voltamos para Belo Horizonte, entendemos mais sobre nosso desejo de criar redes e desenvolver projetos a longo prazo.

A partir daí, passamos a nos aprofundar na narração de histórias e nas políticas públicas culturais, entrando nos primeiros editais e formando parcerias. Em 2010, participei do curso de produção cultural do Observatório da Diversidade Cultural, o que ampliou muito minha visão e abriu caminhos para conhecer mais sobre o Cultura Viva e outros projetos de política pública.

Em 2012, nos formalizamos como um Ponto de Memória por meio de um edital do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), em parceria com o Instituto Imersão Latina. Isso nos inseriu no movimento dos Pontos de Memória, que enfatiza uma abordagem de Museologia Social.

Nos tornamos um Ponto de Cultura por meio da autodeclaração. AbraPalavra sempre teve uma essência voltada para a cultura popular e o trabalho cultural de base comunitária, voltada para formação local de grupos de contadores de histórias, produção de materiais culturais coletivos, formações, criações artísticas, entre outros, que nos alinhava com os objetivos da Cultura Viva.

A transformação para Ponto de Cultura foi um passo natural, dado nosso compromisso com a cultura de base comunitária. Com o tempo, percebemos que também poderíamos atuar politicamente, com significativa participação social. Nos tornamos parte da Comissão Estadual dos Pontos de Cultura, do Comitê Estadual e, mais recentemente, da Comissão Municipal dos Pontos de Cultura de Belo Horizonte.

A Cultura Viva comemora 20 anos. O que temos para celebrar?

A Cultura Viva é uma política que traz como principal ação do Estado a inclusão da diversidade cultural. E ela se destaca por focar não nas dificuldades e lacunas, mas sim na potência e o que impulsiona a cidadania cultural, a economia, a autonomia. É um exemplo inspirador para muitos outros países, e essa ramificação dos Pontos de Cultura pelo mundo é muito importante ser celebrado.

Hoje, celebramos a autonomia que a Cultura Viva nos proporcionou. Os Pontos de Cultura, trabalhando em rede, demonstraram uma resiliência impressionante, especialmente nos últimos anos. Eles já existiam antes do Estado os fomentar, e essa pré-existência foi essencial para sua resistência em tempos difíceis, como durante a pandemia e o último governo.

Os Pontos de Cultura conseguiram verbas emergenciais e continuaram suas atividades graças ao trabalho conjunto. Em Minas Gerais, por exemplo, os fóruns e a comissão continuaram ativos, mostrando a importância do trabalho que realmente se faz em rede.

Temos muito para comemorar: a continuidade, a potência, a resistência que a Cultura Viva promove em seus territórios. A grande celebração de hoje é essa autonomia cultural e a inspiração que ela traz para um futuro mais inclusivo e justo.

Certa vez, Dona Mercês, do Quilombo do Açude, me disse que é na festa que a gente descansa. Acredito que os Pontos de Cultura trazem também esse ensinamento: ainda param para celebrar. E são nesses momentos de celebração que paramos para refletir, descansar e continuar.

Na sua opinião, quais os maiores desafios na atualidade para o fortalecimento da Cultura Viva?

Acredito que um dos maiores desafios na atualidade para o fortalecimento da Cultura Viva é a necessidade constante de atualização. É crucial trazer a geração mais jovem para dentro da Cultura Viva, envolvê-los nas discussões, celebrações e na prática cultural. Esse engajamento é essencial para garantir a continuidade e a renovação da iniciativa. O programa Agente Cultura Viva, por exemplo, é uma excelente forma

de pensar nessa nova geração que nos ajudará a dar continuidade ao trabalho.

Outro desafio é a atualização do sentido de trabalho comunitário e de base comunitária, conceitos que foram iniciados lá atrás e que não podem se perder. É fundamental que esses princípios continuem sendo a base do nosso trabalho.

Além disso, embora tenhamos visto um aumento no número de editais e verbas disponíveis, ainda são insuficientes, e os editais não podem ser apenas o caminho. É importante entender que ser um Ponto de Cultura vai muito além de ganhar um edital. Uma vez que um grupo ou entidade se torna um Ponto de Cultura, ele passa a fazer parte de uma política e de uma rede municipal, estadual e nacional, ganhando representatividade por meio de comissões e comitês.

Portanto, acredito que os desafios principais incluem manter vivos os conceitos de trabalho comunitário, envolver a juventude e promover uma participação que vá além dos editais. Precisamos fortalecer a compreensão de que ser um Ponto de Cultura é integrar-se a uma rede de apoio e representatividade que transcende a simples obtenção de recursos.

A institucionalização por meio da Lei 13.018 faz 10 anos. O que ela contribuiu para o fortalecimento do Programa?

A institucionalização por meio da Lei 13.018, que completou 10 anos em 2024, representou um marco significativo para o fortalecimento da Política Cultura Viva. Antes de se tornar lei, a Cultura Viva funcionava como um programa de governo, que estava muito mais passível de variações e mudanças de prioridades das administrações públicas. Ao ser institucionalizado por uma legislação, a Cultura Viva passa a ter mais segurança jurídica, fazendo com que suas diretrizes e ações tenham respaldo legal. Isso assegura maior estabilidade e resistência a mudanças de governo, como vimos acontecer nos últimos anos. Outra contribuição foi a continuidade das ações, enquanto política de Estado, o Cultura Viva não depende das prioridades de governos específicos, o que garante a continuidade das suas ações e programas, mesmo em transições governamentais. A lei também fortaleceu a participação democrática e

a inclusão social, princípios fundamentais do Cultura Viva. Ela fomenta o fortalecimento da realização de fóruns, comitês e redes, promovendo um diálogo contínuo entre o governo e a sociedade civil. Além disso, com a lei, há um reconhecimento formal das iniciativas culturais locais e dos Pontos de Cultura. Por fim, podemos afirmar que a institucionalização facilita o acesso a recursos financeiros, materiais e humanos, essencial para a sustentação e expansão das atividades culturais. A lei também proporciona mecanismos mais claros e estáveis para o financiamento dessas atividades, o que é fundamental no caso da Cultura Viva.

Vivemos tempos de retomada da política pública para os Pontos de Cultura, mas tempos difíceis foram vividos entre 2016 e 2022. Por que os Pontos de Cultura não se extinguiram?

Os Pontos de Cultura são, em sua essência, iniciativas comunitárias profundamente enraizadas nas realidades locais. A resiliência dessas comunidades e seu compromisso com a preservação e promoção da cultura local foram cruciais para a continuidade dos Pontos de Cultura, mesmo em tempos adversos. São iniciativas que já existiam antes do surgimento da Cultura Viva, justamente por representarem a expressão cultural de suas comunidades, algo que transcende políticas governamentais. Além disso, a Cultura Viva tem bem marcado seu conceito, assim como suas metodologias, o que foi um orientador nestes momentos difíceis. A força da rede foi fundamental para que essas metodologias não se extinguissem, assim como a importância da Comissão Nacional e das Comissões Estaduais que não deixaram de existir, apesar de tudo.

Eu gosto sempre de lembrar do exemplo de Minas Gerais na Lei Aldir Blanc [1], durante a pandemia. Por meio de um trabalho coletivo e minucioso, a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura, conseguiu localizar cada ponto de cultura deste estado, ligando, mandando e-mail, deixando recado com vizinhos. E o resultado foi um edital de credenciamento e não de concorrência, em que todos aqueles que enviaram seus planos de trabalho foram contemplados. O resultado foi uma rede mais fortalecida e atuante. Para os Pontos de Cultura – entidade sem fins lucrativos – propomos um valor voltado para os microprojetos, para que chegassem àqueles que não acessariam a Lei Aldir Blanc.

Qual o papel dos Pontos de Cultura na implementação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB)?

Os Pontos de Cultura terão um papel fundamental na implementação e fiscalização da Política Nacional Aldir Blanc. Com a verba que será destinada para o Cultura Viva, os Pontos terão o papel não só de participar ativamente dos editais, mas também para colaborar na sua construção a partir das minutas apresentadas pelo MinC. Eles têm um papel importante na fiscalização, garantindo que os recursos cheguem de forma eficaz na ponta. A participação social desde as primeiras consultas públicas, o acompanhamento sobre os editais, a inscrição e mobilização de outros grupos, para que também se inscrevam, promovendo mutirões e capacitações para que mais entidades possam se tornar Pontos de Cultura.

Ao se envolverem na construção e fiscalização dos editais, eles garantem que os recursos sejam aplicados de maneira justa e eficiente, beneficiando um número maior de projetos e iniciativas culturais, além da garantia de que o recurso continue sendo executado.

Na sua opinião, qual deve ser a relação entre os Pontos de Cultura e os Comitês de Cultura?

A relação entre os Comitês de Cultura e a Política Cultura Viva é fundamental para o fortalecimento da gestão pública da cultura no Brasil. Eu vejo essa relação como uma sinergia potente, onde cada componente complementa o outro ao invés de haver sobreposição. Tanto os Comitês quanto os Pontos têm um papel crucial em difundir informações sobre os programas de governo, especialmente em áreas remotas, facilitando o acesso das comunidades aos editais e recursos. Tornar esses editais mais populares e acessíveis é essencial para garantir uma distribuição mais equitativa de recursos, evitando que apenas alguns grupos disputem entre si. Os Comitês de Cultura atuarão em rede, assim como os Pontos, trabalhando junto com agentes culturais e realizando mapeamentos e formações. Assim, eles complementam o trabalho dos Pontos de Cultura, que são voltados para políticas já estruturadas pelo Cultura Viva, um programa que já tem 20 anos de história. A coexistência dos Pontos e dos Comitês de Cultura representa uma conquista significativa para o setor

cultural. Juntos, eles contribuem para a estruturação do sistema nacional de cultura, fortalecendo a participação social, principalmente. Os Comitês de Cultura e a Cultura Viva, ao trabalharem em conjunto, potencializam o desenvolvimento cultural, ampliam o alcance das políticas públicas e fortalecem a participação social, beneficiando a sociedade como um todo. Por aqui, nosso desejo enquanto Pontão Nacional é dialogar com os Comitês e trabalhar em conjunto.

É visível o conflito entre os objetivos do Ministério da Cultura de expandir o número de Pontos de Cultura certificados e o posicionamento dos Pontos de Cultura mais antigos que acreditam que essa política gera um desvirtuamento conceitual. Qual a sua opinião?

O que não falta no Brasil são iniciativas culturais que sempre existiram e estiveram presentes nas comunidades, e o governo tem o papel de estimular e fomentar essas iniciativas. Por isso, acredito na importância dessa continuidade e ampliação. O fundamental é que o conceito de Ponto de Cultura, focado em ações de base comunitária, não se perca, embora possa ser atualizada e revista periodicamente. É importante entender “quem somos”. Esse autoconhecimento é fundamental para que possamos reconhecer nossa memória e nossos conceitos.

Os Pontos de Cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura, visando a realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades. Manter a lógica de atuação nas comunidades é essencial, garantindo que os projetos estejam alinhados com as necessidades locais e promovam uma verdadeira transformação social.

É importante reconhecer que não há um único modelo de Ponto de Cultura. Eles podem estar instalados em diferentes tipos de locais, desde uma casa até um grande centro cultural, em áreas urbanas ou rurais. O essencial é que sejam pontos de referência cultural dentro de uma comunidade, proporcionando prática, aprendizado e vivência cultural.

Portanto, acredito que a política de expansão deve continuar, mas sempre respeitando e fortalecendo os princípios básicos dos Pontos de Cultura. O financiamento e o apoio devem ser destinados a grupos culturais que trabalham com a cultura, mas promovendo ações que gerem impacto social e cultural nas comunidades.